

ANO XXIV N. 150 16/9/2026

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

[Ato CSJT-GP-SG-SEJUR n. 100, de 4 de setembro de 2026*](#)

Institui o Grupo de Trabalho Nacional Negocial para integração do Processo Judicial Eletrônico aos sistemas e serviços relacionados ao eSocial no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus (gtneSocial).

(DEJT/CSJT Cad. Adm. 15/9/2026, p. 1- 3) ** Republicado em razão de erro material.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

[Provimento n. 256, de 15 de setembro de 2026](#)

Altera o Provimento n. 255, de 19 de agosto de 2026, para prorrogar o prazo de entrada em vigor da Consolidação Nacional da Execução Efetiva.

(DJe/CNJ 16/9/2026, p. 8)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[Lei Complementar n. 237, de 15 de setembro de 2026](#)

Altera a Lei Complementar nº 229, de 30 de março de 2026, para incluir o regime especial de tributação para serviços de datacenter, os programas federais de financiamento de ações de apoio às pessoas com câncer e às pessoas com deficiência, bem como a desoneração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das sociedades resseguradoras locais, entre as exceções às regras aplicáveis à concessão de benefícios tributários; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para desobrigar os Municípios com até 65.000 (sessenta e cinco mil) habitantes de comprovar, para fins de realização de transferências voluntárias, o pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor e a prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos.

(DOU 15/9/2026, Edição Extra C, p. 1)

[Lei n. 15.504, de 15 de setembro de 2026](#)

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata), e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025 (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente).

(DOU 15/9/2026, Edição Extra C, p. 1-2)

[Portaria MPS n. 1.344, de 14 de setembro de 2026](#)

Estabelece, para o mês de setembro de 2026, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e dos salários de contribuição para cálculo da renda mensal inicial dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

(DOU 15/9/2026, Edição Extra D, p. 12)